

XVI ECOPAR

Encontro de Economia Paranaense

V International Meeting on Economic Theory and Applied Economics

II Jornada Internacional de Comunicação Científica

DESIGUALDADE DE RENDA DO EMPREGADO DO SETOR PRIVADO NO BRASIL

Eric Luiz Engelbrecht¹

Flávio Braga de Almeida Gabriel²

Área Temática: Área 6: Economia Social e do Trabalho

JEL Code: D3

Resumo: O objetivo deste estudo é o de analisar a evolução da desigualdade de renda dos empregados do setor privado ao longo do período de 2012 a 2019. Para isso, foram utilizados os microdados provenientes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc) como fonte de dados. A metodologia adotada consiste na utilização do Índice de Gini como medida de desigualdade e na sua decomposição em diferentes componentes de renda, com foco especial na parcela do Rendimento Domiciliário Per Capita (RDPC) proveniente do trabalho no setor privado. Como resultados desta investigação se obteve uma tendência progressiva e com pouca variação no período da parcela de renda proveniente do trabalho no setor privado. Outro resultado encontrado foi que a categoria possui maior contribuição na porcentagem de variação do índice de Gini no Brasil. Por fim, esse mesmo setor apresentou uma grande influência nas parcelas do RDPC.

Palavras-chave: Distribuição de renda; Empregado do setor privado; Mercado de trabalho; Desigualdade

Abstract: The aim of this study is to analyze the evolution of income inequality among private sector employees over the period from 2012 to 2019. For this purpose, microdata from the Continuous National Household Sample Survey (PNADc) was used as the data source. The adopted methodology consists of using the Gini Index as a measure of inequality and decomposing it into different income components, with a special focus on the portion of Per Capita Household Income (RDPC) derived from work in the private sector. The results of this investigation showed a progressive trend with little variation over the period in the income portion derived from work in the private sector. Another result found was that this category has a higher contribution to the percentage variation of the Gini Index in Brazil. Finally, this same sector presented a significant influence on the portions of RDPC.

Key-words: Income distribution; Private sector employee; Labor market; Inequality

Resumen: El objetivo de este estudio es analizar la evolución de la desigualdad de ingresos de los empleados del sector privado a lo largo del período de 2012 a 2019. Para ello, se utilizaron los microdatos provenientes de la Encuesta Nacional por Muestra de Domicilios Continua (PNADc) como fuente de datos. La metodología adoptada consiste en la utilización del Índice de Gini como medida de desigualdad y en su descomposición en diferentes componentes de ingresos, con un enfoque especial en la porción del Ingreso Domiciliario Per Cápita (RDPC) proveniente del trabajo en el sector privado. Como resultados de esta investigación, se obtuvo una tendencia progresiva con poca variación en el período de la porción de ingresos proveniente del trabajo en el sector privado.

¹ Graduado em Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Email: oercluiz1.el@gmail.com

² Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE); Brasil; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3927-2145>; E-mail: flavio.gabriel@unioeste.br



XVI ECOPAR

Encontro de Economia Paranaense

V International Meeting on Economic Theory and Applied Economics

II Jornada Internacional de Comunicação Científica

Otro resultado encontrado fue que la categoría tiene una mayor contribución en el porcentaje de variación del índice de Gini en Brasil. Por último, este mismo sector presentó una gran influencia en las porciones del RDPC.

Palabras-clave: Distribución de ingresos; Empleado del sector privado; Mercado laboral; Desigualdad

Introdução.

O estudo em questão objetiva analisar a desigualdade de renda do empregado do setor privado no Brasil no período de 2012 até 2019 apresentando elementos relevantes e significativos devido as profundas mudanças de ordem econômica como aumento de desemprego, informalidade e flexibilização das leis trabalhistas no qual, esse período, passou por três presidentes, impactando diretamente nos rumos econômicos de acordo com seus projetos políticos.

Será apresentado na PNAD contínua a necessidade de observar o desenvolvimento da desigualdade de renda do empregado privado, evidenciando os comportamentos dos indicadores por meio do Índice de Gini, verificando a participação do empregado privado para alteração do índice e sobre as disparidades de renda no período.

A desigualdade de renda, no Brasil, é agravada por altos níveis de pobreza, apresentando um desafio significativo ao Estado em reduzir as discrepâncias sociais causadas por esses fatores.

Barros; Henriques e Mendonça (2000), argumentam que o Brasil não pode ser categorizado como um país pobre em sua totalidade. Em vez disso, o país possui uma grande quantidade de pessoas vivendo em condições de pobreza extrema. Situação esta que coexiste com uma estrutura profundamente desigual na distribuição de renda, oportunidades sociais e econômicas.

De acordo com Hoffmann (2002), durante a década de 1970, a migração em massa das áreas rurais para as cidades e o rápido processo de industrialização tiveram como consequência um aumento significativo da desigualdade de renda no Brasil. Nos anos de 1980, esse cenário de desigualdade continuou a se agravar, especialmente devido aos desafios econômicos enfrentados no período conhecido como a "Década Perdida" e a hiperinflação que o país vivenciou. Em 1989, o Brasil atingiu o seu índice de Gini mais alto registrado na história.

Ainda, segundo Hoffmann (2002), os anos de 1990 não trouxeram melhorias significativas na redução da desigualdade. O crescimento econômico foi limitado e as empresas tiveram dificuldades em criar empregos de qualidade, afetando negativamente a inserção da população do empregado do setor privado.

Conforme destacam Barbosa; Sousa e Soares (2020), somente a partir do início dos anos 2000, começou a ocorrer uma lenta redução na desigualdade de renda e uma melhora na qualidade de vida da parcela mais pobre da população brasileira, alcançada por meio de transferências governamentais e melhorias no mercado de trabalho. Os autores ressaltam, também, que, em 2014, o Brasil alcançou o seu índice de Gini mais baixo da história do país, demonstrando progressos significativos. No entanto, mesmo com essas melhorias, o Brasil continuou a ser classificado como um dos países mais desiguais do mundo.

Segundo Baltar e Omizzolo (2020), esse cenário se altera após 2014, período em que o país passa por uma recessão (2014-2016) e estagnação (2016-2018), com resultados negativos para o mercado de trabalho. A taxa de desemprego aumentou consideravelmente, bem como a



XVI ECOPAR

Encontro de Economia Paranaense

V International Meeting on Economic Theory and Applied Economics

II Jornada Internacional de Comunicação Científica

informalidade das relações de trabalho. Deteriorando a atividade econômica e o mercado de trabalho.

Ao comparar os setores público e privado, Gomes (2022) explicita que entre 2008-2009 indicam que o rendimento médio do trabalhador público era de R\$ 2.937,59, enquanto no setor privado a média era de R\$ 1.582,64, resultando em uma diferença de aproximadamente 85,6% a favor dos trabalhadores do setor público. E em 2007-2018, a remuneração média dos trabalhadores do setor público aumentou para R\$ 3.614,96, enquanto a do setor privado atingiu R\$ 1.979,69, resultando em uma diferença de 82,6%. Nesse sentido, observa-se uma leve redução na disparidade salarial entre esses setores.

Segundo Mattei e Heinen (2020), a segunda década do século XXI foi marcada pelos piores índices de desemprego da história recente do Brasil. A crise que começou no final de 2014 superou até mesmo a rápida ascensão do desemprego observada na década de 1990. A taxa de desocupação, que estava em torno de 7% no início de 2014, atingiu seu ponto mais alto nos primeiros meses de 2017, ultrapassando os 13%. Durante esse período, o número de desempregados no Brasil mais do que dobrou, chegando a 13 milhões de pessoas, no auge da crise.

O desempenho do mercado de trabalho em 2019 refletiu uma continuidade do que tem sido observado desde 2017. Após dois anos de forte recessão econômica, o crescimento da economia brasileira foi baixo, mas não o bastante para gerar uma melhora significativa nas condições de trabalho. O nível de ocupação cresceu lentamente e com baixa qualidade. A taxa de desemprego apresentou uma pequena redução, houve um aumento na proporção de negociações coletivas de salários sem a devida reposição da inflação, e o ritmo de aumento do rendimento médio real dos trabalhadores desacelerou pela metade (Donoso, 2020).

Procedimentos Adotados.

A coleta da análise dos dados foi por meio de uma rotina estatística escrita em linguagem R, buscando utilizar o pacote da PNADc IBGE. Com foco nas variáveis: rendimento mensal, categoria do emprego, escolaridade, idade, renda média.

A PNADc busca acompanhar as variações trimestrais e sua evolução, da força do trabalho e informações indispensáveis para a análise e estudo do desenvolvimento socioeconômico do país. Dados são retirados trimestralmente para uma parte da amostra mais acumulando é gerado os resultados anuais e assim tem como unidade de investigação o domicílio. Melhor dizendo, é a coleta dos dados sobre as características da população, educação, renda, habitação, trabalho e entre outros, por meio de entrevistas realizadas com os moradores no local em que moram (domicílio) e escolhido para a amostra.

Hoffmann (2018) aborda a transição e diferenças entre a PNAD tradicional e a PNAD Contínua (PNADc). Ele explica que a PNAD tradicional utiliza um mês específico como referência, eliminando a necessidade de aplicar qualquer deflator ao analisar a desigualdade na distribuição de renda. Por outro lado, na PNADc, cada domicílio na amostra é visitado cinco vezes: uma vez por trimestre e durante cinco trimestres consecutivos. Isso significa que os dados anuais da PNADc são compilados a partir das visitas acumuladas ao longo de quatro trimestres. Os microdados anuais da PNADc são expressos em moeda corrente, com o trimestre da entrevista sendo especificado. Portanto, mesmo ao analisar um único ano, é necessário padronizar a moeda utilizada para uma análise consistente.



XVI ECOPAR

Encontro de Economia Paranaense

V International Meeting on Economic Theory and Applied Economics

II Jornada Internacional de Comunicação Científica

Conforme Leite (2022), por meio dos dados da PNAD, inicialmente em sua versão anual e atualizada, mais recentemente, com a PNAD Contínua, as informações fornecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ganharam destaque e relevância. Sendo está a base de consulta para a pesquisa.

De acordo com Medeiros (2006), medidas de desigualdade são neutras em relação ao que está sendo distribuído e podem ser usadas para medir a concentração de qualquer distribuição. Não há medidas de desigualdade inerentemente superiores, pois as métricas apenas destacam aspectos específicos do comportamento da amostra. Sendo utilizado o Índice de Gini. Com essa métrica pode reforçar a existência da concentração nos extremos da distribuição e somar com o impacto da variação da renda na desigualdade.

O coeficiente de GINI oferece diversas vantagens, uma vez que é uma medida de desigualdade que se baseia em uma análise de proporções, em oposição a variáveis que representam a média da população, como a renda per capita ou o produto interno bruto. Além disso, ele pode ser empregado para comparar a disparidade na distribuição de renda entre diferentes segmentos da sociedade, como áreas urbanas e rurais. Adicionalmente, ele possibilita a comparação da desigualdade entre economias ao longo do tempo. A construção do coeficiente do índice de Gini é feito em base na Curva de Lorenz.

Tomando por base os autores Almeida-Gabriel (2014) e Luz (2021), a divisão do rendimento domiciliar será feita em onze parcelas, que são:

- Rendimento do trabalho de empregados do setor privado (EMP).
- Rendimento do trabalho de empregados do setor público (inclusive servidor estatutário e militar) (PUB).
- Rendimento do trabalho de empregadores (Empregadores) (PAT)
- Rendimento de trabalhadores por conta própria (Autônomos) (AUT).
- Aposentadorias e pensões (APP).
- Doação recebidas de outro domicílio, mesada e pensão alimentícia (DOA).
- Rendimento de aluguel ou arrendamento (ALU).
- Rendimento de Benefício Assistencial de Prestação Continuada (BPC).
- Rendimento do programa Bolsa-Família (PBF).
- Outros programas sociais (OPS).
- Resto, incluindo seguro-desemprego, seguro-defeso, bolsa de estudos, caderneta de poupança, aplicações financeiras etc. (REST)

Essa classificação serve de base para a decomposição estática do Índice de Gini conforme as diferentes parcelas de rendimento, conforme descrito por Hoffmann (2009, p. 214-217).

O termo usado para medida de progressividade é uma homenagem ao pioneirismo de Lerman e Yitzhaki (1985 e 1995), que destacaram a necessidade de levar em conta a ordem dos rendimentos finais. Eles demonstraram que, ao se fazer um pequeno aumento proporcional em x_{hi} , ou seja, multiplicando x_{hi} por $1+\theta$, com θ sendo arbitrariamente pequeno.

Resultados e discussão.

Analisando as parcelas da renda, em especial, a correspondente aos empregados do setor privado descritos na metodologia para compreender a contribuição de cada uma delas para as mudanças na desigualdade durante esse período



XVI ECOPAR

Encontro de Economia Paranaense

V International Meeting on Economic Theory and Applied Economics

II Jornada Internacional de Comunicação Científica

As Tabelas 1 e 2 fornecem, para o Brasil, a participação de cada uma das onze parcelas do RDPC em relação ao Índice de Gini e a medida de progressividade.

Tabela 1 - Contribuição percentual da fração na formação do Índice de Gini para o Brasil, de 2012 a 2019

Ano	EMP	PUB	PAT	AUT	BPC	PBF	OPS	APP	DOA	ALU	RES	Total
2012	28,75	19,66	14,00	12,34	-0,09	-0,79	0,02	18,04	0,76	3,54	3,76	100
2013	30,04	20,28	13,91	12,34	-0,08	-0,87	-0,02	17,69	0,81	3,09	2,84	100
2014	29,79	20,34	13,91	13,04	-0,11	-0,85	0,02	18,38	0,70	2,88	1,89	100
2015	28,90	20,63	13,88	12,31	-0,12	-0,82	0,02	18,81	0,78	3,50	2,12	100
2016	29,08	20,09	14,34	12,04	-0,11	-0,77	0,01	19,49	0,70	3,34	1,76	100
2017	27,44	20,53	13,97	12,57	-0,10	-0,76	0,00	19,89	0,77	3,63	2,04	100
2018	25,91	20,67	14,66	12,59	-0,16	-0,70	0,01	20,59	0,75	3,64	2,04	100
2019	26,73	20,17	14,60	12,08	-0,16	-0,69	0,02	20,67	0,76	3,72	2,09	100

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE – dados individuais das PNADc de 2012 a 2019.

EMP – Empregados do Setor Privado; PUB – Militares e Funcionários Públicos; PAT – Empregadores; AUT – Conta Própria/Autônomos; BPC – Benefício Assistencial de Prest. Continuada; PBF – Programa Bolsa Família; OPS – Outros programas sociais; APP – Aposentadorias e Pensões DOA – Doações; ALU – Aluguel; RES – Resto.

A contribuição de uma determinada parcela para a formação do Índice de Gini está fortemente ligada à sua participação no rendimento total, onde quanto maior for a participação de uma determinada parcela na renda total, maior será sua contribuição para o Índice de Gini.

Comparando o ano de 2012 a 2019 tem-se uma variação de 7,56% que indica uma diminuição da contribuição do EMP para formação do Índice de Gini no Brasil, isso reflete o aumento em outros setores, em especial o PUB, APP, PAT que indicam uma contribuição de 55,44% no índice de Gini. Essas frações de renda tem um peso que interferem no aumento do respectivo índice que afetam uma maior desigualdade de renda no país.

A redução da contribuição do empregado privado para formação do Índice de Gini é ruim pois possui uma medida de progressividade negativa. Assim com a sua diminuição ocorre um aumento da desigualdade de renda no Brasil, pois outras frações de renda como PAT e PUB tiveram seu aumento no período de 2012 a 2019, onde o PAT teve um aumento de cerca de 4,28% e PUB um aumento de 2,59% o que induz aumento da desigualdade de renda pois possuem medida de progressividade negativas.

No período de 2012 a 2014 ocorreu aumento da sua participação devido alguns fatores acrescentem do emprego formal no período, principalmente durante os anos de 2002 a 2012 que reforça Menezes et al. (2014). A proporção de empregados com carteira assinada subindo de 56% para 67%, refletindo nos anos posteriores, portanto, conforme Mattei e Heinen (2020), a crise se iniciou no final de 2014, a taxa de desocupação estava em 7% no final de 2014 e no início de 2017 ultrapassava os 13% o que induz a queda da participação empregado privado no Brasil de 2015 a 2019.

XVI ECOPAR

Encontro de Economia Paranaense

V International Meeting on Economic Theory and Applied Economics

II Jornada Internacional de Comunicação Científica

Tabela 2 – Medida de progressividade para o Brasil, de 2012 a 2019

Ano	EMP	PUB	PAT	AUT	BPC	PBF	OPS	APP	DOA	ALU	RES
2012	-0,111	0,170	0,303	-0,062	-0,614	-1,117	-0,486	0,000	-0,184	0,264	0,163
2013	-0,099	0,181	0,299	-0,065	-0,599	-1,118	-0,605	-0,001	-0,163	0,247	0,090
2014	-0,099	0,177	0,304	-0,056	-0,614	-1,130	-0,470	0,005	-0,177	0,254	0,011
2015	-0,103	0,187	0,298	-0,075	-0,602	-1,135	-0,454	0,010	-0,171	0,270	0,027
2016	-0,097	0,174	0,297	-0,078	-0,604	-1,151	-0,473	0,005	-0,202	0,250	0,053
2017	-0,108	0,179	0,292	-0,068	-0,597	-1,167	-0,516	0,002	-0,191	0,260	0,090
2018	-0,117	0,175	0,291	-0,065	-0,638	-1,183	-0,477	0,003	-0,199	0,248	0,109
2019	-0,111	0,174	0,298	-0,081	-0,630	-1,188	-0,454	0,006	-0,182	0,253	0,125

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE – dados individuais das PNADc de 2012 a 2019.

EMP – Empregados do Setor Privado; PUB – Militares e Funcionários Públicos; PAT – Empregadores; AUT – Conta Própria/Autônomos; BPC – Benefício Assistencial de Prest. Continuada; PBF – Programa Bolsa Família; OPS – Outros programas sociais; APP – Aposentadorias e Pensões DOA – Doações; ALU – Aluguel; RES – Resto.

A categoria EMP, com a maior contribuição na composição da RDPC, demonstrou um comportamento progressivo com pouca variação ao longo dos anos estudados, resultando em uma variação acumulada de zero entre 2012 e 2019. O pior desempenho foi observado em 2016, um ano marcado pelo alto índice de desemprego no Brasil, onde o grau de progressividade foi de -0,097, representando uma variação de quase 13% em relação ao primeiro ano analisado. Em contraste, o ano de 2018 apresentou o melhor resultado da série, com um valor de -0,117. Com o reajuste contínuo do salário-mínimo, mesmo que apenas para acompanhar a inflação, essa tendência de manter o grau de progressividade é esperada.

Um incremento na contribuição para o rendimento total de parcelas com grau de progressividade positiva (como APP, PAT e PUB) e uma diminuição na participação de parcelas com grau de progressividade negativa (como EMP e PBF) concorrem para o aumento da desigualdade na distribuição do RDPC. Essa análise pode ser comparada com as observações feitas por Hoffmann (2020), que enfatiza a relevância dos programas sociais e do emprego no setor privado.

Considerações Finais.

Neste estudo, foi realizado uma análise do comportamento da desigualdade na distribuição de renda no Brasil no período de 2012 a 2019, demonstrando a influência do empregado do setor privado dentro das parcelas do RDPC que contribuíram para diminuição da desigualdade de rendimento no Brasil.

Os empregados do setor privado, dentro das parcelas de renda no Brasil, contribuem para a redução do Índice de Gini, indicando uma medida de progressividade negativa. Isso pode ser explicado pelo fato de que os empregados do setor privado recebem ajustes salariais acima da inflação, o que reduz a desigualdade de renda. Além disso, sua participação nas diferentes frações de renda é adequada, fortalecendo a diminuição da desigualdade.

Foi constatado que o rendimento principal do trabalho, representado pela parcela EMP, desempenha um papel crucial na variação do Índice de Gini, tendo o maior impacto total na variação desse índice.



XVI ECOPAR

Encontro de Economia Paranaense

V International Meeting on Economic Theory and Applied Economics

II Jornada Internacional de Comunicação Científica

Durante o período de 2012 a 2019, não houve alterações significativas nos níveis de progressividade de todas as parcelas, indicando uma estabilidade na composição desses rendimentos. No entanto, o efeito de composição da desigualdade apresentou mudanças nas parcelas EMP, BPC, PBF, APP e REST, todas com variações superiores a 5%. Notavelmente, as parcelas REST e BPC registraram as maiores variações, aproximadamente 44,40% e 79,60%, respectivamente, na composição da desigualdade.

Referências

- ALMEIDA GABRIEL, F. B. Universidade de São Paulo Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” **A recente evolução da distribuição da renda na Região Norte do Brasil**. 2014. 124f. Universidade de São Paulo Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Piracicaba, 2014.
- BALTAR, C. T.; OMIZZOLO, J. A. **Participação da mulher no mercado de trabalho brasileiro de 2014 a 2019**. Textos de Economia, v. 23, n. 01, p. 01–17, 2020.
- BARBOSA, R. J.; SOUZA, P. H. G. F. de.; SOARES, S. S. D. **Distribuição de renda nos anos 2010: uma década perdida para desigualdade e pobreza**. 2020.
- BARROS, R. P. DE; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. **Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 15, n. 42, p. 123–142, 2000.
- DONOSO, V. R. **Antes da pandemia: o mercado de trabalho brasileiro em 2019**. 2020. Disponível em: <https://www.dntemdebate.com.br/antes-da-pandemia-omercado-de-trabalho-brasileiro-em-2019/>>Acesso em: 20 de jul de 2024.
- GOMES BRASIL, R. **Gasto público e desigualdade de renda no Paraná: evidências das pesquisas de orçamentos familiares 2008-2009 e 2017-2018**. Cadernos de Finanças Públicas, v. 01, 2022
- HOFFMANN, R. **A distribuição da renda no Brasil no período 1992-2001**. Economia e Sociedade, v. 11, n. 2, p. 213-235, 2002. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/542/02-Hoffmann.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2024.
- HOFFMANN, R. **Distribuição da renda, Brasil, 2017**. Disponível no Research Gate, 2018 (Texto para discussão). Acesso 20 de jul de 2024.
- LEITE, F. P. **Decompondo o índice de Gini por atividade econômica para o Brasil em 2015**. Revista de Economia Contemporânea, v. 26, pg 03-05. 2022.
- LUZ, J. F. Da. **Distribuição de rendimento do Brasil: uma análise dos anos de 2012 a 2019**. 2021. f66. Monografia (Ciências Econômicas) Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, Paraná, 2021.
- MATTEI, L.; HEINEN, VL **Impactos da crise da Covid-19 no mercado de trabalho brasileiro**. Revista Brasileira de Economia Política, v. 40, n. 4, pág. 647–668, 2020.
- MEDEIROS, M. Uma introdução às representações gráficas da desigualdade de renda. 2006. Acesso 20 de jul de 2024.
- MENEZES, N; CABANAS, P; KOMATSU, B. **Tendências Recentes do Mercado de Trabalho Brasileiro**. 2014. Disponível em: <https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2018/09/PolicyPaper_Mercado_de_Trabalho.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2024.

